

Diário do Legislativo de 01/06/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PTB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado André Quintão

Vice-Líderes: Deputados Ricardo Duarte (PT) e Jô Moraes (PC do B)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Paulo César

LIDERANÇA DO PL

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líder: Deputado Roberto Ramos

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PL), Paulo Piau (PP) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (sem partido)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Weliton Prado (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo César PFL

Deputada Maria Olívia BPSB

Deputado Miguel (sem partido)
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras –15h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSB
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSB
Helvécio

Deputado J3sus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jos3 PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB
Carvalho

Deputado Djalma Diniz BPSB

Deputado Sebastião BPSB
Costa

Deputada Cec3lia PT/PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Dalmo Ribeiro
Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado BPSB
Sebastião Costa

Deputado BPSB
Ermano Batista

Deputado PT/PCdo
Adelmo B
Carneiro Leão

Deputado PFL
George Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corr3a

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSB

Deputado Ant3nio J3lio PMDB

Deputado Marlos BPSP
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias –

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputada Domingos BPSP
Sávio

Deputado Biel Rocha PT/PC do
B

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Gil Pereira PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado André PT/PC do B
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente

Chico Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João (sem
Leite partido)

Deputado PT/PCdoB
Jésus Lima

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Padre PT/PCdoB
João

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdoB Presidente
Durval Ângelo

Deputado PL Vice-Presidente
Roberto Ramos

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado BPSP
Djalma Dinis

Deputado PFL
Paulo César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Doutor Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel (sem partido)
Martini

Deputado Weliton PT/PCdoB
Prado

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião
Helvécio

Deputado Ermano Batista BPSB

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Márcio Kangussu BPSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPSB

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Humberto Carneiro Luiz BPSB

Deputado Irani Barbosa BPSB

Deputado André Quintão PT/PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Laudelino Augusto PT/PCdoB Presidente

Deputado Doutor Ronaldo BPSB Vice-Presidente

Deputado João Leite (sem partido)

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

Deputado Paulo Piau PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Gomes PT/PCdoB

Deputado Alencar da BPS
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPS
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdoB Presidente
Tereza Lara

Deputado José BPS Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel Martini (sem
partido)

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado Fahim BPS
Sawan

Deputado João Leite (sem partido)

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado BPS Vice-Presidente
Marlos

Fernandes

Deputado Luiz BPSB
Humberto
Carneiro

Deputado Padre PT/PCdo
João B

Deputado PFL
Doutor Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Doutor BPSB
Ronaldo

Deputada Maria PT/PCdoB
Tereza Lara

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras –14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Márcio
Kangussu

Deputado BPSB Vice-Presidente
Djalma Diniz

Deputado PT/PCdo
Ricardo Duarte B

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputada BPSB
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Doutor BPSB
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPS
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Adelmo B
Carneiro Leão

Deputado BPS Vice-Presidente
Carlos Pimenta

Deputado Fahim BPS
Sawan

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado PL
Roberto Ramos

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPS
Helvécio

Deputado Arlen BPS
Santiago

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Jayro PL
Lessa

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPS Presidente
Maia

Deputado PL Vice-Presidente
Leonardo
Moreira

Deputado BPS
Sargento
Rodrigues

Deputado PT/PCdo
Weliton Prado B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Alencar da
Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente
Costa B

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo
Moraes B

Deputado PFL
Gustavo
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Paulo PFL
César

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PL Presidente
Márcio Passos

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado PT/PCdo B
Roberto
Carvalho

Deputado PP
Dimas Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio BPSP
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Carlos PT/PCdo B Vice-Presidente
Gomes

Deputada Cecília PT/PCdo B
Ferramenta

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÃO

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

RESOLUÇÃO

Resolução Nº 5.230, de 30 de maio de 2005

Ratifica o Regime Especial de Tributação concedido à DVG - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 4/2004 à empresa DVG - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 30 de maio de 2005; 217º da Inconfidência Mineira e 184º da Independência do Brasil.

Deputado Mauri Torres - Presidente

ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 10/5/2005

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.287 e 2.292/2005 (Deputado Sebastião Costa); 2.293/2005 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.290/2005 (Deputado Ermano Batista); 2.294/2005 (Deputado Gilberto Abramo); 2.295/2005 (Deputado Gustavo Corrêa); 2.288/2005 (Deputado George Hilton); e 2.291/2005 (Deputado Adelmo Carneiro Leão). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.285/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); e Projetos de Lei nºs 1.933/2004 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); e 1.967/2004 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição). O Projeto de Resolução nº 2.286/2005 é retirado de pauta, por não cumprir pressupostos regimentais. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.844/2004, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo pelo relator, Deputado Sebastião Costa. Neste momento, comparece no recinto o Deputado George Hilton. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 2.072 e 2.126/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão) e 2.128/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.221/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 2.240/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.250/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.259/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa - leitura do parecer feita pelo Deputado George Hilton). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.237/2005 deixa de ser apreciado, em virtude de solicitação de prorrogação de prazo pelo relator, Deputado Gustavo Corrêa. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Gilberto Abramo, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 2.254/2005 no 1º turno, com a Emenda nº 1, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Adelmo Carneiro Leão. São aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência à Secretaria de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 2.260/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa) e ao DER-MG o Projeto de Lei nº 2.270/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.043 e 2.055/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.145/2005, 2.251/2005 este com a Emenda nº 1 e 2.262/2005 (relator: Deputado George Hilton); 2.252 e 2.272/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.271 e 2.293/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); e 2.292/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa - parecer lido pelo Deputado Gilberto Abramo). É aprovado requerimento que solicita seja convertido em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 2.261/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ermano Batista - Adelmo Carneiro Leão - Gustavo Valadares.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 17/5/2005

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista, e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sebastião Helvécio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.299, 2.301, 2.309 e 2.313/2005 (Deputado Ermano Batista); 2.298, 2.304 e 2.310/2005 (Deputado Gustavo Corrêa); 2.305, 2.307 e 2.315/2005 (Deputado George Hilton); 2.257, 2.306 e 2.314/2005 (Deputado Sebastião Costa); 2.296 e 2.308/2005 (Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.297/2005 e Projeto de Lei Complementar nº 68/2005 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); Projetos de Lei nºs 2.300, 2.302 e 2.312/2005 e Projeto de Lei Complementar nº 40/2003 (Deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.254/2005, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo); e Projeto de Resolução nº 2.286/2005 (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição). Neste momento, comparece no recinto o Deputado George Hilton. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.497/2004 e 1.844/2004, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo pelos respectivos relatores, Deputados George Hilton e Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.087/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição); 2.190/2005 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista). Neste momento, o Deputado Sebastião Costa comparece no recinto. O Projeto de Lei nº 2.237/2005 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado George Hilton, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.263/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa) e 2.290/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). São aprovados os requerimentos em que se solicita sejam convertidos em diligência ao DER-MG o Projeto de Lei nº 2.269/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão os Projetos de Lei nºs 2.282 e 2.284/2005 (relatores, respectivamente: Deputados Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição e Ermano Batista). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade, no 1º turno do Projeto de Lei nº 2.281/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.960/2004 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 2.104/2005 com a Emenda nº 1, 2.277 e 2.294/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.199/2005 com a Emenda nº 1 e 2.287/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.283/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); e 2.295/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa - parecer lido pelo Deputado Sebastião Costa). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos em que se solicita sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Leis nºs 2.279/2005 (relator: Deputado Gustavo Valadares); 2.267/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.275/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER-MG o Projeto de Lei nº 2.276/2005; e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 2.280/2005. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gustavo Corrêa - Sebastião Costa - Ermano Batista - Adelmo Carneiro Leão - George Hilton.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 24/5/2005

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marlos Fernandes, Luiz Humberto Carneiro e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Marlos Fernandes, assume a Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 16/2005, oriundo da Mensagem nº 380/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre legitimação de terras públicas e devolutas urbanas e rurais, conforme decisão da presidência desta Casa, publicada no "Diário do Legislativo" de 21/5/2005. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência redistribui o Projeto de Lei nº 2.028/2005, do Governador do Estado, no 1º turno, ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, e defere pedido de prazo regimental do relator para apresentar seu parecer. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.218/2005 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, (relator: Deputado Luiz Humberto Carneiro). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.713 e 4.729/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João, em que solicita sejam realizadas audiências públicas desta Comissão para debater o Projeto de Lei nº 2.028/2005, no interior do Estado, em municípios sedes de regionais do Conselho de Segurança Alimentar Sustentável de Minas Gerais - CONSEA-MG; e Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais para debater os entraves à regulamentação da Lei nº 15.027, de 2004, que cria o tipo de unidade de conservação "Reserva Particular de Recomposição Ambiental - RPR -" e altera os mecanismos de recomposição de reserva legal, previstos na Lei nº 14.309, de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de conservação da biodiversidade no Estado. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.162/2005. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005.

Gil Pereira, Presidente - Padre João - Doutor Viana.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 38ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 1º/6/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.647/2004, do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita ao Procurador-Geral de Justiça do Estado informações sobre as providências adotadas com relação ao relatório final da CPI do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.663/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Secretário de Fazenda cópia do parecer que concluiu pela legitimidade da transação realizada entre o Estado e a Samarco Mineração S.A., conforme a Resolução nº 004/2003, de 19/12/2003. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.696/2004, do Deputado Dimas Fabiano, em que solicita ao Subsecretário de Esportes o envio de relatório contendo o nome dos municípios beneficiados pelo Programa Segundo Tempo e os critérios adotados para a celebração de convênios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.819/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita à CEMIG informações que justifiquem os constantes aumentos na tarifa elétrica praticados pelo órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.826/2004, do Deputado André Quintão, em que solicita ao Presidente da CEMIG informações sobre o acidente fatal ocorrido na Usina de Queimados, em Unai, em 9/4/2004, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento

Votação do Requerimento nº 2.842/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita ao Secretário de Fazenda esclarecimentos sobre a transformação em verba retida dos valores correspondentes ao pagamento de direitos adquiridos por servidores públicos por ocasião da aposentadoria. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.874/2004, da Comissão do Trabalho, em que solicita à direção da PRODEMGGE informações sobre as providências tomadas quanto ao pagamento das verbas rescisórias de trabalhadores contratados pela CLT, sem a realização de concurso público. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão da indicação do nome do Sr. Octávio Elisio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual e revoga o § 4º de seu art. 82. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3 na forma da Subemenda nº 2 à mesma emenda, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.231/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Gol Transportes Aéreos S.A.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.232/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Polyvin Plásticos e Derivados Ltda.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre direitos dos jurados no Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizero o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera a Lei nº 11.666, de 9/12/94. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre consulta odontológica com avaliação periodontal no acompanhamento pré-natal, na rede pública, em Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.089/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece diretrizes para os programas de aleitamento materno e os Bancos de leite humano no Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.501/2004, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza doação de imóvel ao Município de Baldim. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.656/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário -RURALMINAS - a doar imóvel de sua propriedade, localizado no Município de Januária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.743/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR -, de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.840/2004, do Governador do Estado, que autoriza o cancelamento parcial da cláusula de reversão prevista na Lei nº 682, de 16/9/16. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.842/2004, do Deputado Leonardo Quintão, que estabelece a regulamentação do serviço de transporte individual de passageiros por meio de táxi especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As Comissões de Justiça e de Transporte perderam o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.861/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Sucesso imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.082/2005, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, no tocante à dispensa de precatório para pagamento, pelo Estado, de obrigações de pequeno valor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagem nº 381/2005, do Governador do Estado, e Ofício nº 24/2005, do Tribunal de Contas.

No 1º turno: Emendas ao Projeto de Lei nº 1.830/2004, do Deputado André Quintão, e Projeto de Lei nº 1.782/2004, do Deputado Padre João.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 367/2003, do Deputado Bilac Pinto, e 2.178/2005, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.045/2003, da Deputada Lúcia Pacífico; 1.937/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 2.140/2005, do Deputado Doutor Viana; e 2.263 e 2.290/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.767/2005, da Deputada Ana Maria Resende, e 4.795/2005, da Comissão de Assuntos Municipais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 1º/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 4.794/2005, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 1º/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.005/2004 e Projeto de Lei Complementar nº 61/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.766/2005, da Deputada Ana Maria Resende e 4.785/2005, da Deputada Vanessa Lucas.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre temas referentes à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão e sobre os principais projetos dessa Pasta para o biênio 2005/2006.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 1º/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, as consequências advindas da instituição do regime de substituição tributária para o setor de distribuidores de medicamentos, com diversos convidados, a requerimento do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 1º/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.667/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.292/2005, do Deputado Chico Rafael.

Requerimentos nºs 4.733/2005, do Deputado Irani Barbosa; 4.751/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.786/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 4.787e 4.790/2005, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, Jésus Lima e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2005, às 11 horas, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, com a finalidade de debater, em audiência pública, a gestão de resíduos sólidos nesse Município, especialmente os problemas decorrentes da utilização do espaço denominado Lixão, com a presença de diversos convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005.

Leonardo Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, Jésus Lima e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2005, às 16 horas, na Câmara Municipal de Simão Pereira, com a finalidade de debater, em audiência pública, os graves problemas enfrentados pela população desse Município em razão da instalação de uma praça de pedágio na entrada da cidade, com a presença de diversos convidados; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2005.

Leonardo Quintão, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.145/2005

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto de lei em tela visa seja declarada de utilidade pública a Associação de Prevenção, Recuperação de Dependentes e Redução de Danos - ACALANTO -, com sede no Município de Uberaba.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação em causa é referência na luta travada contra a dependência química, que aflige parcela da população. Assiste as pessoas atingidas, orientando e trabalhando com as famílias na busca das soluções aplicáveis a cada caso.

Num trabalho de reinserção e reintegração social, promove não só a recuperação física e moral do dependente, mas também atua na sua reconstrução e capacitação para enfrentar desafios, resgatando a concepção de cidadania.

O esforço realizado pela instituição é traduzido por várias ações que visam restabelecer no indivíduo a vontade e a dignidade de ser útil à sociedade. Por isso ela merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.145/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005.

Fahim Sawan, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.198/2005

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Zé Maia, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Federação das Associações de Moradores do Município de Frutal, com sede no Município de Frutal.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em análise, no cumprimento de seu propósito estatutário, conjuga esforços com suas afiliadas para prestar ajuda à comunidade desassistida de Frutal, proporcionando-lhe, sobretudo, meios básicos de subsistência.

Na execução de suas ações, trabalha em parceria com o poder público em projetos que reduzam o estado de pobreza das pessoas, atacando, inclusive, as causas e as conseqüências de tal situação.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.198/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005.

Irani Barbosa, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.292/2005

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

De autoria do Deputado Chico Rafael, o Projeto de Lei nº 2.292/2005 visa declarar de utilidade pública a Fundação de Desenvolvimento de Turismo do Sul de Minas - FUNDESTUR -, com sede no Município de Alfenas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Fundação, com sede no Município de Alfenas, possui como propósito incentivar e desenvolver o turismo no Sul de Minas.

Para a consecução de suas metas, executa e desenvolve programas de aperfeiçoamento profissional; edita e divulga estudos, pesquisas, projetos e propagandas de atividades culturais, artísticas e ambientais; promove congressos, convenções, seminários e outros eventos que possam fomentar o turismo da região.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.292/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005.

Paulo Cesar, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 24/5/2005

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, TV Assembléia, meus senhores e minhas senhoras.

Ocupo, mais uma vez, esta tribuna para prestar a minha solidariedade e somar a minha voz ao manifesto que recebi da Apae de Pedralva, município sul-mineiro, que reflete o sentimento de todas as Apaes de Minas Gerais, o que me foi confirmado hoje por seu Presidente, que revelou sua preocupação e contrariedade quanto à edição da cartilha "O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular", editada recentemente e com circulação já iniciada pelo Ministério Público Federal, com a aquiescência do Ministério de Educação.

Peço vênia, Sr. Presidente, para reproduzir trechos do manifesto, que traduz a indignação do movimento apaeano diante da edição desse documento, que não teve o mínimo cuidado de ouvir quem mais entende do assunto, quem vive a realidade diária daqueles que precisam ter garantido o acesso à verdadeira cidadania.

Assim diz o manifesto, caro Deputado Doutor Ronaldo: "A Apae de Pedralva, inconformada com a edição e publicação, pelo Ministério Público Federal, com o apoio do Ministério da Educação, da cartilha "O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular", manifesta sua repulsa ao aludido documento. Da forma como está redigida, a cartilha coloca em suspeição o trabalho desenvolvido pelas Apaes e a própria legalidade de seu funcionamento."

O que mais nos deixou indignados, caríssimos pares, foi o fato de a cartilha elaborada não ter contado com a participação da instituição Federação Nacional das Apaes ou de qualquer outra instituição que preste de fato e para todos, de forma gratuita, o serviço de atendimento educacional às pessoas com necessidades educacionais especiais.

No corpo dessa cartilha existem sugestões de medidas radicais no que se refere ao encaminhamento do portador de deficiência para a rede regular de ensino. Ela sugere que qualquer aluno, independentemente da deficiência, deve ser encaminhado para a rede pública de ensino, principalmente os localizados entre a faixa etária de 7 a 14 anos.

O mesmo documento dispõe que a instituição filantrópica que mantém uma escola especial, ainda que ofereça atendimento especializado, deve providenciar imediatamente a matrícula das pessoas que atende no ensino fundamental em escolas da rede regular.

Vale dizer, há mais uma deliberada intenção de extinguir as escolas mantidas pelas Apaes, o que tanto lamentamos e repudiamos.

Indaga então o manifesto: "As escolas e classes comuns da rede regular estão preparadas para receber com dignidade os alunos portadores de deficiência mental? (...) e o portador de deficiência mental que não tiver condições de ter acesso à rede pública ficará sem atendimento, e nós seremos obrigados a deixar de oferecer esse serviço por quê?"

Ao final, conclui dizendo assim: "Manifestamos também nossa repulsa e inconformismo com a forma como foi tratada a inclusão do portador de deficiência, uma vez que ela é efetiva no movimento apaeano há 50 anos, cuja bandeira é defendida com responsabilidade, cidadania e na forma adequada às necessidades individuais de cada um.

Somos favoráveis, sim, à inclusão de todos; porém, com a devida prudência e responsabilidade, de modo a corresponder às necessidades individuais desses alunos, preservando sua dignidade".

Assinam o manifesto a diretoria, pais, amigos e funcionários da Apae de Pedralva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, caríssimo Deputado Adelmo Carneiro Leão, estamos diante de uma situação que requer o nosso posicionamento e recomenda urgentes providências, porque percebemos claramente uma orientação oficial na esfera federal contrária à existência das Apaes, particularmente as de Minas Gerais.

A cartilha que está sendo editada pelo Ministério da Educação fere não somente o movimento apaeano, mas a sensibilidade de cada cidadão que crê nesse movimento. Estamos comemorando 50 anos de dedicação, brotados pelos sentimentos de cada um e advindos pelo trabalho dos pais, dos professores e de todos os que amam o movimento apaeano de nosso Estado e do Brasil.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Cumprimento V. Exa. pela profundidade e importância de seu pronunciamento. Esse movimento constitui um processo de esvaziamento das Apaes em nosso País. Quem conhece as conquistas das Apaes em todo o território nacional pode avaliar a importância desse órgão, que, muitas vezes, exige a participação da população, que se sente sensibilizada e no dever de ajudar. A proposta de V. Exa. deve ser defendida por nós.

Estou inscrito, mas terei de participar da Comissão Especial do Ipsemg. Hipoteco nossa solidariedade ao Deputado Federal Virgílio Guimarães. Recentemente, houve uma ação extremamente violenta contra um parlamentar. Sinto-me no direito de me pronunciar, de prestar solidariedade ao Deputado Virgílio Guimarães.

O Deputado Rogério Correia solicitou minha assinatura e meu apoio, bem como o apoio de todos nós, não só do PT, como da Assembléia e do povo de Minas, quanto à corajosa candidatura do Deputado Virgílio Guimarães a Presidente da Câmara dos Deputados. Há retaliação por parte da imprensa. Conforme publicado em um jornal de Belo Horizonte, foi uma cassação sumária, uma afronta à democracia, à liberdade, o que não podemos aceitar.

Presto minha solidariedade ao Deputado Virgílio Guimarães, que teve a coragem de se candidatar e possui os direitos políticos de participar de qualquer decisão do Congresso, de qualquer comissão oficial, de qualquer representação oficial da Câmara dos Deputados por um ano. Isso é um absurdo, pois imaginava que atos como esse haviam sido extintos há muitos anos. A cúpula do PT, não o de Minas Gerais, mas o de São Paulo, que deseja mandar no Partido e no País, vem com essa violenta agressão ao Deputado Virgílio Guimarães, que tem minha solidariedade e acredito que a do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte) - Prometo ser breve. Fico muito feliz em ver o empenho de V. Exa. ao lado da Apae. No ano passado, a Apae de Sete Lagoas sofreu um tremendo desastre: um deslizamento de terra quebrou quase toda a lateral da quadra de esportes.

Neste momento, presto homenagem a um grande Deputado desta Casa, tanto no tamanho como no caráter, que é o João Leite. Quando foi Secretário, deu-nos o seu apoio no atendimento a essa entidade. Só para que os senhores tenham idéia, o meu caminho velho retirou 9 caminhões de entulho e colocou no lugar outros 19 caminhões de pedra. Ajudamos a fazer outras obras lá.

Então, tenho a considerar que, dentro do meu coração, também bate o coração da Apae, assim como acontece com V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Obrigado, Deputado Doutor Ronaldo.

Neste mesmo Plenário, questionamos, há pouco tempo, o veto presidencial à proposta do grande companheiro Deputado Federal Eduardo Barbosa, que defendia a destinação dos recursos do Fundef para as escolas especiais mantidas por entidades filantrópicas, a exemplo das Apaes. As razões do veto apontaram para a inconstitucionalidade da proposta. Porém, ficou o compromisso do Presidente Lula de formular uma alternativa que desse guarida à referida proposta, de tão alta relevância e sustentabilidade para as nossas Apaes. Infelizmente, senhores parlamentares, transcorrido mais de um ano, até agora, neste exato momento, não tivemos nenhuma resposta adequada do Governo Federal em favor das Apaes de todo o Brasil.

Essa reflexão importante tem o objetivo de fazer com que o parlamento mineiro levante a sua voz, instale a comissão especial que requeremos e vá ao confronto das gestões governamentais que têm trazido prejuízos principalmente aos que merecem a nossa especial atenção como parlamentares e cidadãos. A nova Lei de Diretrizes e Bases enfatiza, em vários de seus dispositivos, a prioridade de integração do aluno, em especial na rede regular de ensino. Essa nova mentalidade se reflete nos comandos constitucionais ilegais em vigor e tem orientado recentemente a intervenção pedagógica na área específica de conhecimento relacionada com as necessidades especiais.

É preciso, Sr. Presidente, reconsiderarmos essa postura equivocada do Governo Federal. É urgente, sim, discutir e ouvir aqueles que militam incansavelmente em favor da inclusão social dos portadores de necessidades especiais. Queremos que a Assembléia Legislativa faça essa reflexão por meio de uma comissão especial. Já foi protocolizado requerimento na Comissão de Educação com o objetivo de realizar audiência pública para debater essa malfadada cartilha editada pelo Governo Federal. Ela traz prejuízos para nossa classe apaeana, como uma verdadeira repulsa ao próprio Ministério de Educação, sem ouvir os segmentos intimamente desenvolvidos pelos movimentos apaeanos. As federações das Apaes também não foram chamadas para construir essa cartilha.

Aliás, cartilhas são constantemente editadas pelo Governo Federal. Agora, não! Isso fere as nossas Apaes. Certamente, por meio da nossa comissão especial, resgataremos e restabeleceremos os direitos dos que se encontram nas Apaes e precisam do apoio do parlamento mineiro.

Sr. Presidente, pelo sentimento e pela postura de V. Exa. no deferimento da instalação dessa comissão, teremos, acima de tudo, sensibilidade para trazer e devolver aos alunos que freqüentam as nossas Apaes a tranqüilidade para que continuem com as tarefas do dia-a-dia.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, ocupamos esta tribuna nesta tarde para prestar uma justa homenagem ao Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa, que comemora hoje o 51º aniversário de sua fundação. Esse parque está sediado no Município de Lagoa Santa e é comandado atualmente pelo Coronel-Aviador José Euclides da Silva Gonçalves.

Por alguns anos, fui membro do Destacamento de Proteção ao Vôo de Confins - DPV-CF -, que era vinculado ao Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa. Esse grande parque presta um relevante serviço à Nação brasileira. No ano passado, a convite do então Comandante, estive com alguns parlamentares desta Casa nessa unidade militar. O Deputado Fábio Avelar nos acompanhou. Ficamos encantados com a competência do seu corpo técnico. Visitamos algumas áreas do parque e comprovamos o seu avanço tecnológico e, mais que isso, a habilidade dos profissionais, dos graduados e dos Oficiais, especialmente a dos especialistas, que conseguiram transformar em tecnologia nacional o que era importado.

Conseguiram nacionalizar uma grande quantidade de peças, fabricando-as com qualidade igual ou superior a das importadas, o que resulta em grande economia para a Nação brasileira.

O Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa é uma importante unidade do Sistema de Material Aeronáutico e Bélico, responsável pelo apoio logístico de aeronaves da Força Aérea Brasileira.

Tem a sua origem na Fábrica Nacional de Aviões, fundada no Governo de Getúlio Vargas, numa visão estratégica de criação do primeiro núcleo industrial para o fomento da indústria aeronáutica nacional.

Criado inicialmente como Núcleo de Parque, em 1954, teve como primeiro Diretor o Cel. Dirceu de Paiva Guimarães. Em sua caminhada, o Pama, como é conhecido em terras mineiras, tornou-se referência de qualidade e de tecnologia com as aeronaves T-6, C-47, T-25, T-27 e U-7.

Mais recentemente, recebeu os encargos relativos ao avião C-98 Caravan e, neste ano de 2005, continua absorvendo tecnologias de ponta para o suporte da mais moderna aeronave militar fabricada no País, o A-29 - Super Tucano.

Ao completar seus 51 anos de existência, afirma a sua trajetória de sucesso, fruto da dedicação e do orgulho de todos os homens e mulheres que construíram a sua história.

Por meio desse requerimento, Sr. Presidente, estamos solicitando que, nos termos regimentais, seja formulado voto de congratulações com o Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa - Pama LS -, na pessoa do seu Diretor, Coronel-Aviador José Euclides da Silva Gonçalves, pelo seu 51º aniversário de fundação, comemorado nesta data.

Ao finalizar, gostaria de desejar sucesso e felicidade para todos os meus ex-colegas e todos aqueles que compõem essa importante unidade militar da aeronáutica. Na pessoa do Cel. José Euclides, quero deixar registrado aqui nosso reconhecimento e o do povo mineiro por essa importante unidade militar, pelos serviços que presta, e nosso caloroso abraço a todos os companheiros, ex-colegas fabianos. Um abraço a todos e parabéns.

O Deputado Fahim Sawan* - Senhoras e senhores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa aqui presente, telespectadores, povo mineiro.

Os fatos noticiados amplamente na mídia nacional, no decorrer da semana passada, dando conta das manobras da base aliada do Governo Federal para estancar a instalação da CPI dos Correios, fazem-nos refletir sobre o contexto político e a crise de legitimidade que permeia nossas instituições.

Na bolsa de valores políticos, os "mercadantes" se assanham a argumentar e até mesmo impingir de forma autoritária o risco democrático e de governabilidade, caso se instale essa CPI.

Entretanto, ao longo desse mandato presidencial, pululam diversos casos de irregularidades a serem apurados.

Refiro-me ao escândalo do Valdomiro Diniz, amigo do Chefe da Casa Civil, José Dirceu, a respeito do qual se buscou instalar uma CPI, e o Governo conseguiu barrar.

Argumento da época: aquela CPI travaria a pauta do Congresso e comprometeria a governabilidade. Ela não aconteceu, e a governabilidade também não.

Seria demasiado hipócrita admitir que, neste momento, não há omissão, conivência e muita camaradagem do Governo Federal com seus aliados envolvidos em denúncias de corrupção, pois avolumam-se os casos e nenhum gesto de firmeza moral é percebido. O que se vê é uma desenfreada escalada para conter qualquer iniciativa de apuração e elucidação dos fatos, que toda a população quer ver esclarecidos. A sociedade está atenta e espera atitudes moralizantes.

Quem poderá determinar maior ou menor governabilidade, agora, é o povo, cansado de tanta espera e relegado nas filas agonizantes do desemprego, da saúde e da desesperança, vítima de um "marketing" meticulosamente concebido, oferecendo-lhe o éden paradisíaco transformado em ruína, ao despencar promessa por promessa feita a ele.

Vamos à "Folha de S. Paulo" deste domingo. Manchete: "Gasto federal com saúde cai na gestão Lula". Lerei parte da matéria: "A fila não anda, não há atendimento, o remédio acabou. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ajuda a explicar a realidade de quem busca o sistema público de saúde brasileiro. O Governo Federal gastou, em 2004, com ações e serviços do setor por cidadão, R\$189,50, uma queda de 11% em relação ao valor "per capita" de 1995, primeiro ano de consolidação do SUS.

Nesses dois anos de Lula, os valores "per capita" foram menores que em todos os anos anteriores, ainda a partir de 1995. Esses dados ainda serão publicados."

Dessa forma, vejam o amargo remédio que o Governo Federal receita. Ministram uma dosagem de receita vergonhosa e colocam na bula: "Brasil, um país de todos".

E assim, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, de discurso em discurso, de ufanismo em ufanismo, tenta-se governar, no gogó, um Brasil ávido por ações concretas, eficazes e justas.

Na esteira de notícias lamentáveis, também no domingo, vejo o "Jornal da Manhã", matutino de Uberaba, e lá estava: "Mulher morre à espera de leito. A Sra. Maria Margarida Almeida, 46 anos, seria mais uma vítima do caos da saúde em Uberaba. Atendida na Central de Atendimento Multiprofissional do município, ela precisava de um leito do SUS, mas não conseguiu internação, morrendo pouco depois."

Na democracia, a alternância de poder é legítima e às vezes salutar, mas o que não podemos admitir é uma descontinuidade e a ausência de modelo alternativo para implementar políticas públicas essenciais. Saúde não pode esperar.

Não existe apenas planejamento e estruturação de médio e longo prazos, porque quem está na outra ponta é o ser humano, que necessita aqui e agora de uma atenção digna.

Tudo bem que se gaste um pouco de tempo para se situar, para começar a administrar, mas a vida das pessoas não espera...

Com esses índices sociais que falam contra as promessas de campanha, não é possível argumentar, pelo bem do País, que a necessária apuração de tantas denúncias aprofundará a crise institucional.

O Governo Federal não acumulou capital social para se proclamar austero, justo e sensato, permitindo-se, nas suas entranhas, barganhas reprováveis, práticas obscuras que indelevelmente já incorporam a biografia de um Presidente oriundo do que há de mais precioso no patrimônio do nosso País: sua gente humilde, trabalhadeira e, acima de tudo, vítima da mais cruel desigualdade.

Seria oportuno e redentor que o PT e o Presidente utilizassem os serviços dos Correios e nos enviassem o seguinte telegrama: "Povo brasileiro, trabalhar em prol da democracia, da transparência e da ética na política é dever de estadista. Envio-lhes esta mensagem para informar que não existe nenhuma objeção deste Governo pela instalação da CPI dos Correios, ao contrário, sua importância é cada vez maior para o bem da Nação e dos homens honrados que a representam."

Fico muito à vontade para dizer tudo isso, porque represento um Governo, em Minas Gerais, responsável, equilibrado e transparente. No decorrer de seus dois anos e meio de gestão, Aécio Neves não coleciona esse rol de denúncias; não aparelha nem incha sua máquina, visando ao fortalecimento dos cofres do partido; não se submete a apologias irrealizáveis; não frustra nem decepciona o povo mineiro, porque não se viu tentado a prometer o inalcançável para obter êxito nas urnas.

Essas são diferenças irrefutáveis que o povo brasileiro já está enxergando e saberá interpretar ao exercer o seu sagrado direito do voto. O recente episódio de Rondônia merece maior reflexão. Ronda o fantasma da crise de legitimidade. A desfaçatez, a omissão e a convicção da impunidade foram rechaçadas de forma cervical por uma população cansada de desmandos e leviandades.

O Governo Federal deve uma resposta à altura do povo sofrido que representa e merece um tratamento condizente com seu caráter e sua história de vida.

Cumprimento a Assembléia Legislativa de Minas Gerais por seus 170 anos de história, pautados pela democracia e pelo livre exercício parlamentar, salvaguarda dos direitos inalienáveis desse maravilhoso povo mineiro, síntese do nosso Brasil.

Quero ainda dizer que, nesta Casa, conheci muita gente respeitável e de bem, que tem, acima de tudo, a vontade intransigente de servir a seus semelhantes. Porém, quero também alertar aqueles que fazem de seus mandatos apenas um jogo de "marketing" e ilusões, que ocupam esta tribuna, por horas e horas, sem nada acrescentar, cujos atos cada dia mais se distanciam das palavras. A esses quero dedicar a fase final deste pronunciamento e passo a ler um artigo recentemente publicado pelo jornal "O Estado de S. Paulo", do Prof. José Pastore.

Diz o cientista político: "Quando o Duda Mendonça mostrou na televisão a carteira de trabalho do primeiro emprego, vi ali um dos maiores trunfos da campanha eleitoral de Lula. A promessa atingia em cheio uma legião de jovens, muitos dos quais já formados, que procuravam trabalho sem sucesso. Lembrem que o desemprego era a maior preocupação das famílias brasileiras.

A propaganda era muito bem-feita. Além de mostrar uma peça concreta - a nova Carteira de Trabalho -, anunciava subsídios de R\$200,00 para os empregadores que viessem a admitir um jovem pela primeira vez. Isso era atraente para os jovens e para os pequenos empresários e microempresários, que têm enorme dificuldade para contratar empregados com 103,46% de despesas sobre o salário. Era um enorme manancial de eleitores.

A propaganda na área do trabalho não se limitou aos jovens. Para os idosos, Lula garantiu dobrar o salário mínimo em termos reais ao longo de seu mandato. Era uma outra peça publicitária de grande potência e que deve ter atingido milhões de aposentados e pensionistas, que têm seus benefícios atrelados ao salário mínimo, e seus dependentes e parentes próximos. Um gigantesco celeiro de votos. Com essas promessas, o candidato cobria as duas pontas do espectro demográfico: os jovens e os idosos. Mas suas propostas não pararam aí.

Para os brasileiros em geral, assegurou a criação de 10 milhões de empregos formais, com carteira assinada e todas as proteções oferecidas pela CLT e pela previdência social. Essa é outra peça de grande alcance publicitário.

Para quem conhecia a situação econômica do Brasil, era preciso ter muita coragem para fazer promessa desse tipo. Lula teve e ganhou as eleições.

Passada a campanha, a dureza dos fatos mostrou o irrealismo dos planos.

No que tange ao programa Primeiro Emprego, de outubro de 2003 a abril de 2005 foram contratados apenas 3.400 jovens. Um número ridículo em face da meta inicial do programa, que era de 250 mil por ano.

Dos R\$65.000.000,00 destinados a subsidiar os empregadores em 2005, foram desembolsados apenas R\$67.000.000,00.

Dos R\$29.000.000,00 alocados para qualificar os jovens, foram empregados tão-somente R\$1.000.000,00. Números indefensáveis em face da aludida propaganda.

Quanto ao salário mínimo, o próprio Governo reconheceu ser impossível dobrar o seu valor real em quatro anos. Com os aumentos concedidos até aqui, o Governo Federal levará mais de 20 anos para cumprir a promessa.

O grande constrangimento está na previdência social, cujo déficit em 2005 chegará perto dos R\$40.000.000.000,00.

Até o fim do mandato, o Governo não conseguirá sequer dobrar o salário mínimo em termos nominais.

No que tange aos famosos 10 milhões de empregos, o próprio Ministro do Trabalho declarou há duas semanas ser impossível cumprir essa meta.

Os três trunfos ruíram. A última coisa que funcionou na área do trabalho foi a contratação de 114 mil funcionários públicos realizada pelo próprio Governo Federal, a maioria sem concurso, segundo o "Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento".

Com o espantoso crescimento das despesas de pessoal, dos programas de assistência social e dos juros, o enorme superávit primário não é suficiente para o Governo realizar os investimentos indispensáveis em infra-estrutura, que são a base dos empregos do futuro.

Os problemas no campo do trabalho continuam sérios. O desemprego está perto dos 11%, a renda dos trabalhadores caiu, e a informalidade já atinge 60%.

São cerca de 9 milhões de desempregados e 48 milhões de trabalhadores informais.

Com a previsão de uma taxa de crescimento de apenas 3,5% para 2005, tais problemas tendem a se agravar.

Em face de tamanho fiasco nas áreas do emprego e do salário, deve haver muita frustração entre os 53 milhões de eleitores que depositaram tantas esperanças no novo Governo.

Ao mesmo tempo, os marqueteiros já estão formando um novo estoque de promessas para as próximas campanhas eleitorais. Será que o destino de nosso País estará novamente nas mãos dos propagandistas de plantão?"

Assina José Pastore, professor da USP e membro da Academia Paulista de Letras.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Acompanhei o seu discurso, especialmente no momento em que informa sobre um levantamento relativo à saúde do nosso País. As pessoas estão morrendo nas filas.

Citarei alguns acórdãos do Tribunal de Contas da União. Em 2003, aprovadas as contas do Governo Federal, faltaram R\$949.000.000,00 para a saúde. Em 2004, um acórdão do Tribunal de Contas determina que a Secretaria de Atenção à Saúde informe, até o final de 2005, quais as medidas adotadas, já que foram transferidos R\$1.200.000.000,00 para o programa Bolsa-Família.

Durante o ano de 2004, R\$500.000.000,00 foram enviados aos hospitais das Forças Armadas como gasto com a saúde.

Em 2005, a avaliação do PIB está subestimada e faltaram R\$442.000.000,00. Existem ainda restos a pagar no valor de R\$1.900.000.000,00. A perda chega a quase R\$4.900.000.000,00 para o setor de saúde no País. Os números sustentam a preocupação de V. Exa. em relação à morte de pessoas nas filas de espera de atendimento médico. Obrigado e parabéns.

O Deputado Fahim Sawan* - Obrigado. Além de investirmos pouco, registro que Minas Gerais recebe 30% a menos que outros Estados, isso nos deixa mais traumatizados. Reivindicamos constantemente a correção do Governo Federal, mas não fomos atendidos.

Como vimos, o "marketing" pode eleger alguém. Porém, é certo que, sem consistência, acabará no vazio e na frustração de toda a Pátria, que, estarelecida, começa a entender que comprou a esperança pela ilusão. Estou certo de que o povo saberá responder a esses falsos marqueteiros.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Presidente, muito obrigado. O PSDB fala, mas não gosta de escutar. V. Exa., que não é do mesmo time, fez valer a democracia.

É evidente que eu precisava rebater as colocações do Deputado Fahim Sawan, que, além de Deputado Estadual, preside a Frente Parlamentar da Saúde desta Casa. Até agora ele não assinou o pedido do Bloco PT-PCdoB e do PMDB para a criação da CPI da Saúde em Minas.

O Deputado Fahim Sawan sabe dos problemas desse setor. Os temas de que tratarei são conhecidos, mas, infelizmente, o Governo do Estado ainda não colocou a mão na consciência a fim de combater os problemas da saúde pública mineira. Todo ano o Ministério da Saúde estuda o que cada Estado investiu no setor, para verificar se se cumpriu a obrigação constitucional de se aplicarem 12% do arrecadado. Nos dois últimos anos - 2003 e 2004 -, o Governador deixou de investir R\$1.000.000.000,00 na saúde. Não estamos fazendo estimativas, mas informando os dados do Ministério da Saúde. Minas Gerais ocupa o 2º lugar em aplicação errada dos recursos da saúde.

O Deputado Fahim Sawan, embora seja Presidente da Frente Parlamentar Estadual da Saúde, parece não estar preocupado com a situação em Minas Gerais e fecha os olhos para um dado técnico e uma constatação feita, enquanto deveria solicitar do Governador Aécio Neves explicações por que seu Governo está investindo menos do que a Constituição do Estado manda.

Se o Governo seguir agindo da mesma maneira como em 2003 e 2004, a estimativa para 2005 é que Minas deva mais R\$760.000.000,00 aos cofres públicos. Com essa política de saúde do Governo Aécio Neves, os Prefeitos têm que fazer um investimento superior ao que lhes é determinado pela Constituição Federal. Por força da Constituição, as Prefeituras devem aplicar 15% do seu orçamento. O Ministério Público é bastante atento, assim como o Tribunal de Contas. Prefeito que não cumpre pode ser preso e tornar-se inelegível. No nosso Estado, infelizmente, o Governador, continua não aplicando e, mesmo com tantas denúncias, insiste em não reformular a aplicação dos recursos na área de saúde.

Qual o truque que o Governador usa? Inclui a Copasa, como se sua arrecadação fizesse parte do orçamento do Estado. Ao incluí-la nos cálculos do investimento em saneamento, diz que está aplicando o dinheiro que deveria ir para o SUS. Não estou discutindo se saneamento é ou não investimento em saúde, até porque penso que é. Mas o dinheiro da Copasa não faz parte do orçamento do Estado, e sim da empresa Copasa, assim como a empresa Cemig tem seu orçamento próprio. Arrecadam na cobrança que fazem de cada um dos contribuintes que consomem água ou têm tratamento de esgoto. Às vezes até cobra pelo tratamento sem que o esgoto seja tratado, mas isso é outra questão. De qualquer forma, esse dinheiro não faz parte do orçamento próprio do Estado, e sim da empresa Copasa.

Assim, o Governador burla a aplicação dos 12% na saúde. Isso tem feito com que os municípios não tenham condições de aplicar apenas 15%, chegando a aplicar até 20% ou 25% e deixando de aplicar em outras áreas carentes.

Além disso, o Governo não remete às Prefeituras suas obrigações no que concerne à segurança pública. Os Prefeitos estão sanando problemas que deveriam ser resolvidos pelo Estado, como, por exemplo, colocar gasolina nas viaturas da polícia.

Essa é a primeira razão por que solicitamos a instalação de uma CPI. E também porque não há diálogo com o Governo em torno dessa questão. Não se trata apenas de uma denúncia feita na Assembléia Legislativa há muito tempo a respeito da não-aplicação da Emenda nº 29. As denúncias são feitas também pelo Conselho Estadual de Saúde, mas não são ouvidas. Em 2004, o Ministério Público Federal, por meio do Dr. José Jairo, solicitou ao Procurador-Geral da República que entrasse no STF com um pedido de intervenção em Minas Gerais pela não-aplicação dos recursos da saúde. O Governador fez ouvidos de mercador e nem deu atenção ao que o Ministério Público Federal apurou a respeito da não-aplicação na saúde.

Há também várias ações no Ministério Público Estadual concernentes à não-aplicação desses recursos, como as da Dra. Josely. Infelizmente, o Governador faz ouvidos de mercador a tudo. O Ministério da Saúde soltou nota técnica informando que o Estado de Minas Gerais não investe devidamente no SUS, mas o Governador também não dá ouvidos.

O programa da TV Assembléia que transmitia uma audiência pública da Comissão de Saúde, em vez de se escutar as reclamações que vinham de todos os lados - não sabemos por ordens de quem -, foi cortado, censurado, porque o Governador não pode ouvir o oposto. Isso é impressionante.

Os trabalhadores da Justiça estão aqui. Em Minas Gerais, todos sabem que vivemos um regime de exceção, porque o Governador não gosta de ouvir o contraditório. A imprensa mineira, na maioria das vezes, não dá ouvidos ao que não é determinado pelo Governador. Por isso, repito, vivemos uma espécie de censura. Na realidade, tirando a TV Assembléia, é difícil assistirmos ao que acontece em Minas Gerais. Os demais órgãos pintam um Estado que não existe.

Na área da educação, canso-me de reclamar. Uma professora de 1ª à 4ª série continua ganhando menos de um salário mínimo de piso: R\$212,00. Pasmem! Menos que o salário mínimo. E o Governador se vangloria na televisão dizendo que encaminhou à Assembléia Legislativa

um plano de cargos e salários. Isso não é verdade. Trata-se de um plano de carreira, porque a tabela salarial não veio no plano. Portanto, uma professora continua recebendo R\$212,00 de piso salarial. Há um complemento, chamado Parcela de Remuneração Complementar, que possibilita a uma professora ganhar até R\$450,00. Esse valor inclui todos os abonos e parcelas remuneratórias. Mas os quinquênios e os biênios incidem apenas sobre os R\$212,00.

O Governador fala de déficit zero. Óbvio que é zero, pois não investe nada mais na segurança pública, na educação, na saúde, na justiça e para todos os funcionários. É assim que funciona o Estado de Minas Gerais.

Na questão da saúde, não nos resta outra saída a não ser solicitar a instalação de uma CPI. Gostaria de saber a opinião do Deputado Fahim Sawan, pois ele, como Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, sabe que o dinheiro aplicado não atende ao percentual mínimo exigido pela Constituição Federal. Dizem que na União isso também acontece. Ora, se isso ocorre no Brasil, o Deputado deve denunciar a situação aos Deputados Federais. Aliás, o Deputado Rafael Guerra é Presidente da Frente Nacional da Saúde e tem feito várias reclamações, pois é sua função - ninguém nega isso - cobrar os investimentos que julgue não estarem sendo feitos corretamente. Ressalto que o Ministério da Saúde garantiu que, na esfera federal, os investimentos estão sendo feitos. Mas isso não permite que o Deputado não investigue os recursos destinados ao SUS no Estado de Minas Gerais. Como Presidente da Frente, julgo que seja sua obrigação investigar se o Governo do Estado aplica o percentual mínimo de 12% na saúde. Como isso não é feito por ele, sentimo-nos na obrigação de solicitar a instalação dessa CPI.

Convido todos os que nos acompanham pela TV Assembléia, os Deputados e as Deputadas para participarem de uma audiência pública da Comissão de Saúde, amanhã, às 10 horas. O Deputado Adelmo Carneiro Leão, a meu pedido, convocou essa audiência.

Além das questões que abordei, como, por exemplo, o descumprimento da emenda constitucional, discutiremos também a privatização do Hospital de Venda Nova, que, em nosso entender, é outro absurdo. Só depois de muita luta, Venda Nova adquiriu o hospital. Ademais, lá foi gasto muito dinheiro do município e do Estado. Agora, o Governo pretende entregá-lo a uma Oscip, que é uma organização privada, para gerenciá-lo. Dessa forma, volta-se à cantilena privatizante do PSDB, que dá seqüência a seu projeto neoliberal, que tanto estrago já causou a este País. Para tanto, já abriram o processo licitatório, ou seja, pretendem ver quem ficará com o gerenciamento do Hospital de Venda Nova. Debateremos essa questão amanhã. Após a audiência, faremos um ato público em prol da instalação da CPI da saúde em Minas Gerais. Na oportunidade, solicitaremos aos Deputados que assinem a favor dessa CPI.

Sr. Presidente, ao ocupar a tribuna, objetivei principalmente me referir ao quadro caótico em que se encontra a saúde pública em Minas Gerais, visto que o Governo do Estado não faz os investimentos previstos em lei. Prefere aplicar menos na saúde e investir os outros recursos arrecadados pelo Estado em áreas outras que não as sociais. Peço desculpas ao Deputado Gustavo Valadares. Na próxima vez, anteciparei a concessão do aparte. Obrigado.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, os funcionários do Tribunal de Justiça são bem-vindos. Há aqui um projeto de suplementação do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. Tenho certeza de que esta Casa não colocará obstáculos, principalmente porque esse projeto beneficiará diretamente os funcionários dos citados órgãos.

Sr. Presidente, quando iniciei minha vida pública, muitos Deputados da região metropolitana, em virtude de sua intensa atuação, eram chamados de "bancada do Arrudas". Belo Horizonte conheceu o desenvolvimento quando o Governador Tancredo Neves foi eleito. Esse desenvolvimento se deveu principalmente à atuação desse grupo político na região metropolitana. Até então, as grandes obras construídas em Belo Horizonte eram os dois viadutos da Lagoinha. Um deles é o que liga a Rua do Acre à Avenida Antônio Carlos; o outro é o que liga a Avenida D. Pedro II à rodoviária.

Quando o Governador Tancredo Neves indicou o ex-Governador Hélio Garcia para Prefeito de Belo Horizonte, tanto a Capital quanto as cidades vizinhas se desenvolveram muito. Citamos, além do desenvolvimento industrial e de serviços na região metropolitana, as obras de infraestrutura, como a canalização do rio Arrudas, as trincheiras e a abertura de canalizações e pavimentações. Citamos ainda a abertura de avenidas, a exemplo da Avenida Cristiano Machado e da Via Expressa Leste-Oeste, que posteriormente foi abandonada e relegada a segundo plano. Lembramo-nos também da Via do Minério e de tantas outras avenidas, que, se fôssemos citar, gastaríamos a tarde inteira.

Algumas delas são muito importantes, como a Av. Vilarinho, que teve seu início no Governo Hélio Garcia, sendo sua última parte executada ainda pelo Governador Eduardo Azeredo, hoje Senador. A partir daí, Belo Horizonte nunca mais passou por grandes obras. Naquela época foi criada a Secretaria de Assuntos Metropolitanos, que visava organizar o atendimento de lideranças políticas - Deputados, Prefeitos, Vereadores - da região metropolitana para integrarem esse desenvolvimento.

Hoje venho a esta tribuna para novamente agradecer ao Governador Aécio Neves sua dedicação especial à região metropolitana, com o lançamento do programa de viabilização da Av. Cristiano Machado e da MG-10, além de todo um complexo viário, que melhorará as condições de vida da população da região Norte de Belo Horizonte. Desde a época da criação da Av. Cristiano Machado pelo então Governador Hélio Garcia, nunca mais vimos, com o advento dos Governos da esquerda, algo que viesse mudar a vida do belo-horizontino.

A unificação dessas ações de gestão da região metropolitana viabilizará o desenvolvimento de nossa Capital e das cidades de seu entorno. Quero exemplificar comentando algumas pendências de obras iniciadas pelo Governador Hélio Garcia, como o pronto-socorro de Venda Nova, fruto de compromisso político meu, à época, com o ex-Governador Newton Cardoso. Essa obra não passou das fundações. O Governador Hélio Garcia viabilizou a construção daquele empreendimento, e o Governador Aécio Neves foi, talvez, o único Deputado Federal a destinar verbas para sua construção.

O objetivo de se construir, naquela época, o pronto-socorro de Venda Nova era, e ainda é, a descentralização do atendimento do Pronto-Socorro João XXIII, que apresentava - e apresenta - problemas estruturais e superlotação, além das dificuldades de acesso pelo sufoco do trânsito caótico que Belo Horizonte mantinha e mantém até hoje, caso não tenha piorado, e muito.

Além disso, o pleno funcionamento do aeroporto de Confins cria a urgência do término dessa obra. A industrialização da região Norte de Belo Horizonte faz-se necessária, o que hoje é anunciado, em parte, pelo Governador Aécio Neves, com a criação dos distritos industriais do entorno do citado aeroporto e do programa. Até alertei sua assessoria sobre a falta de divulgação do maior distrito industrial já criado em Minas Gerais, pelas mãos do Governador Aécio Neves: o Distrito Industrial de Ribeirão das Neves.

Esse distrito também contou com a participação deste Deputado, que, obviamente, terá de se integrar àquela região com a criação de algumas vias de integração, uma delas ligando a BR-381, nas margens do rio das Velhas, a Santa Luzia, que deverá ser ligada a Vespasiano, que, por sua vez, passando por São José da Lapa, deverá integrar também o Município de Ribeirão das Neves, que faz parte daquele complexo da região Norte, o que muito contribuirá para o desenvolvimento da região metropolitana.

A segurança pública é hoje a grande preocupação de todos os moradores da região metropolitana. O advento do êxodo rural, causado pelo desemprego no interior, criou problemas intransponíveis para essa região. O repasse de recursos aos municípios simplesmente descaracterizará o comando necessário que o Estado precisa ter na região metropolitana como um todo. Essa região metropolitana - como determinam os arts.

41 a 51 da nossa Constituição -, da qual tive o prazer de ser coordenador à época e de implantar e de criar até mesmo a Assembléia Metropolitana da RMBH, que criamos com um objetivo, regulamentado depois por uma lei complementar de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcelos - foi completamente desvirtuada.

Durante mais de 12 anos, vimos que assembléia metropolitana só serviu para atender os interesses dos proprietários de empresas de transporte coletivo da nossa região metropolitana.

O plano diretor da região metropolitana tem de sair do papel. Nossa região metropolitana não pode mais ser objeto de desenvolvimentos regionais ou ocasionais. Desenvolve-se a região metropolitana como um todo ou teremos experiências gritantes como temos hoje em cidades como Betim e Ribeirão das Neves: uma, a maior receita "per capita" do Estado, e outra, a menor receita "per capita" do Estado. Há essas diferenças, os bolsões de pobreza e a falta de acesso da grande parte de nossa população.

Agradeço ao Governador Aécio Neves a atenção que me tem dado, principalmente quando falamos do desenvolvimento da região metropolitana. Ontem estivemos com o Secretário Antônio Anastasia e falamos da nossa preocupação com a violência na região metropolitana. Citamos alguns casos vitoriosos no Brasil, onde se conseguiu reduzir a criminalidade. O Secretário obviamente aplicará métodos novos que trarão segurança à população da região metropolitana.

Acredito que o Governador Aécio Neves, como homem moderno e que buscou para junto de si pessoas competentes e de comportamento ilibado, à exceção de algumas secretarias, que buscam somente o benefício para os seus condutores ou parentes próximos que visam a eleições futuras.

Quero dizer ao Governador Aécio Neves que acredito em sua intenção. Queremos continuar acreditando, Sr. Presidente, porque Belo Horizonte merece o melhor e, pela primeira vez, volta ao caminho do desenvolvimento. Se V. Exa. prestar atenção às últimas canalizações em Belo Horizonte - e falo agora para o meu querido Deputado João Leite, que foi candidato a Prefeito nas últimas eleições e também na anterior -, verificará que foram feitas ainda dentro de um programa criado na época do ex-Governador Tancredo Neves, pelo Governador Hélio Garcia, àquela época auxiliado pelo então Deputado João Geraldo Ribeiro, que era o coordenador na busca de recursos internacionais para investimento em nossa Capital.

Paralisaram as canalizações quando o Governador Eduardo Azeredo deixou o Governo, pouco depois que o PT assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte. Aí, a Prefeitura de Belo Horizonte nunca mais construiu um palmo de canalização de córregos na Capital.

Há um ano consegui para Ribeirão das Neves o maior convênio já feito na história da Copasa para a construção de avenidas. Foram R\$97.000.000,00 somente para investimento em canalização de córregos para avenidas sanitárias. Belo Horizonte, no mesmo instante, tinha a mesma oportunidade para negociar com a Copasa os mesmos investimentos, mas procurou sabe o quê, Deputado João Leite? Investimentos financeiros, participação ativa na Copasa, participação acionária, o lucro em lugar da tranquilidade da sua população.

É um fato relevante, e ainda voltaremos a esta tribuna para esclarecer melhor a nossa população sobre esse descaso.

O Deputado João Leite (Em aparte)* - Obrigado, Deputado Irani Barbosa. Acompanhei atentamente esse vigoroso e importante pronunciamento que V. Exa. faz da tribuna da Assembléia Legislativa nesta tarde. Aproveito para saudar os servidores da Justiça aqui presentes. É claro que o projeto deles tem apoio da Assembléia. Imagino que na reunião que o Deputado Rêmoló Aloise convocará para a noite poderemos votar esse projeto, já que agora temos muitas comissões em funcionamento.

Saúdo os estudantes do curso de Direito do UNI que estão acompanhando o pronunciamento de V. Exa., conhecedor da região metropolitana, e que nos mostra a importância desse programa de obras, denominado Linha Verde e lançado pelo Governador Aécio Neves. Esse programa dará vigor às cidades da região Norte de Belo Horizonte.

Recentemente, V. Exa. lembrou um momento histórico. O PT fez com que a região metropolitana saísse da Câmara de Compensação do Transporte. Com isso, os que viviam lá passaram a pagar um preço de passagem mais elevado, conseqüentemente tiveram de morar em vilas e favelas de Belo Horizonte, mais próximas de seu trabalho. V. Exa. tem bastantes conhecimentos para trazer essas informações.

V. Exa. falou sobre importantes matérias, como a segurança e as obras. A imprensa estava calada até estourar o escândalo do convênio da Prefeitura de Belo Horizonte, que está pagando R\$14.000.000,00 pelas câmaras. De acordo com a avaliação do Ministério Público, deveriam custar no máximo R\$500.000,00. Esse convênio irá à Justiça. O Ministério Público concluiu que o convênio para a criação do programa Olho Vivo é irregular e foi feito para mascarar desvio de dinheiro público.

O Ministério Público constatou que foram desviados recursos públicos que deveriam ser destinados à segurança do povo de Minas Gerais, o que é lamentável, assim como a situação dos Deputados em Rondônia.

V. Exa. defende a segurança para a população, mas gastaram R\$14.000.000,00. O Ministério Público afirmou que compraram de uma empresa que não existe. Essas câmaras foram adquiridas por meio do contrabando de uma empresa, que não existe, sem licitação, sem absolutamente nada. O Ministério Público questiona a adoção de uma cláusula em que a CDL teria acesso a informações sigilosas da Prefeitura, como dados do IPTU e ações em tramitação no Procon, o que é um escândalo. Além de pagar isso superfaturado, contrata uma empresa inexistente e disponibiliza os dados do cadastro do IPTU, do Procon, da CDL de Belo Horizonte.

V. Exa. foi feliz ao abordar esses dois temas: as obras e a segurança pública de Belo Horizonte. É lamentável a forma como foi utilizado o dinheiro do contribuinte. É lamentável que uma Prefeitura inchada, com mais de 64 secretarias, gaste dessa maneira o dinheiro do povo. Parabéns, Deputado Irani Barbosa! Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa* - Deputado João Leite, parabéns por estar atento às mazelas do Município de Belo Horizonte. Abordaremos os desmembramentos de tudo o que vem ocorrendo em Belo Horizonte. Não podemos admitir que uma cidade que já foi a segunda Capital do País tenha caído para a quinta posição.

O Governo Estadual não tem tido apoio, tampouco o entrosamento gerencial da Prefeitura de Belo Horizonte, o que ocasionou uma queda de braço. O Governo do Estado fará a Av. Cristiano Machado, e a Prefeitura fará a Av. Antônio Carlos. Tenho certeza de que o Governo do Estado concluirá a Cristiano Machado, e espero que, nos próximos 20 anos, tenhamos a felicidade de ver a Antônio Carlos concluída. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/5/05, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada

exonerando Érika Augusta Bernardes do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Paula Patrícia de Oliveira para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Ronaldo

exonerando José Francisco Nascimento do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Cilene da Conceição Coelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Viana

exonerando Janaina Marques Bonizário Barata do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

exonerando Nice Gonçalves Fissicaro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Marbele Bernardino Leite para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

Gabinete da Deputada Elisa Costa

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 13/5/05, que nomeou Márcia Andréa Costa para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando Cristina Araújo Silva do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

exonerando Gilmar Maia de Azevedo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Leônidas Gomes Pôrto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Tânia Cristina de Castro Gomez Dominguez do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando Tarciso Cirino do Amaral do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Cristina Araújo Silva para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Gilmar Maia de Azevedo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Leônidas Gomes Pôrto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Márcia Andréa Costa para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Moisés de Oliveira Alves para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Tânia Cristina de Castro Gomez Dominguez para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Tarciso Cirino do Amaral para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado José Milton

exonerando Inesir Heringer Corrêa do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

exonerando Judas Tadeu da Silva Araújo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Inesir Heringer Corrêa para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Irlene Moreira Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Judas Tadeu da Silva Araújo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Renata Rezende da Silva Netto para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

nomeando Rodrigo Dias Meireles para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Rogério Batista Evangelista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Passos

exonerando Antonio Ruyval Teixeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Jose Agostinho de Sequeira Magalhães do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Márcia de Souza Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Márcia Regina de Abreu Tou do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Sálvio Reis de Cerqueira do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando América Felicíssimo Gonçalves de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Ione Dourado de Campos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Márcia de Souza Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Mário Fernando Mossen Gusmão para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Sálvio Reis de Cerqueira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Gabinete do Deputado Miguel Martini

exonerando José Felício Manzolli do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Maria das Gracas Novais e Silva do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando José Felício Manzolli para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

nomeando Maria das Gracas Novais e Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando Silas Saraiva Felix do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Welton da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando Pedro Luiz Rogedo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando Pedro Luiz Rogedo para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Sérgio Eustáquio Santana para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Francino Antônio da Silva do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas;

nomeando Maria Almeida de Andrade para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

exonerando Ione Dourado de Campos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Francino Antônio da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Ricardo Martins Ribeiro. Objeto: prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas. Objeto do aditamento: prorrogação contratual. Vigência: 12 meses, a contar de 1º/6/2005. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-009.0001 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: CENATRON - Centro Avançado de Tratamento Oncológico Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: 60 meses, a partir de 23/5/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Radiografias Bucodental Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: de 23/5/2005 a 6/4/2010. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: GS Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir de 23/5/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

ERRATA

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 25/5/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 31/5/2005, na pág. 59, col. 2, sob o título "REQUERIMENTOS", no Requerimento nº 4.828/2005, onde se lê:

"da Comissão de Constituição e Justiça", leia-se:

"do Deputado Dalmo Ribeiro Silva".